PROJETO DE LEI Nº , DE 2018

(Do Sr. EROS BIONDINI)

Institui Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico sobre as vendas internas e a importação de bebidas alcólicas e de produtos derivados do tabaco destinada a financiar os centros especializados na recuperação de dependentes químicos.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituída a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico destinada a financiar os centros especializados na recuperação de dependentes químicos.

Art. 2º A CIDE-Tabaco e Bebidas Alcoólicas incidirá:

I – na venda de bebidas alcoólicas, qualquer que seja o seu teor de álcool, e de produtos derivados do tabaco efetuada pelo produtor;

II – na importação dos produtos referidos no inciso I deste artigo.

Art. 3º A base de cálculo da CIDE-Tabaco e Bebidas Alcoólicas, na venda será o valor de venda do produto, excluído o montante do Imposto sobre Produtos Industrializados.

Parágrafo único. Na importação, a base de cálculo será igual à do Imposto de Importação, acrescida do montante dos demais impostos incidentes sobre a operação.

Art. 4º Contribuintes são o produtor e o importador.

Art. 5º A alíquota da CIDE-Tabaco e Bebidas Alcoólicas será de 10 % (dez por cento).

Art. 6º O pagamento da CIDE-Tabaco e Bebidas Alcoólicas deve ser efetuado:

I – na hipótese de venda pelo produtor, até o último dia útil da primeira quinzena do mês subsequente ao de ocorrência do fato gerador, mediante apuração mensal do valor devido;

II – na hipótese de importação, até a data do desembaraço aduaneiro.

Parágrafo único. O produto não será desembaraçado sem a comprovação do pagamento da CIDE-Tabaco e Bebidas Alcoólicas.

Art. 7º É responsável solidário pela CIDE-Tabaco e Bebidas Alcoólicas o adquirente de produtos derivados do tabaco e de bebidas alcoólicas de procedência estrangeira, no caso de importação realizada por sua conta e ordem, por intermédio de pessoa jurídica importadora.

Art. 8º Responde pela infração, conjunta ou isoladamente, relativamente à CIDE-Tabaco e Bebidas Alcoólicas, o adquirente de produtos derivados do tabaco e de bebidas alcoólicas de procedência estrangeira, no caso de importação realizada por sua conta e ordem, por intermédio de pessoa jurídica importadora.

Art. 9º A administração, a fiscalização e a cobrança da CIDE-Tabaco e Bebidas Alcoólicas competem à Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Parágrafo único. A CIDE-Tabaco e Bebidas Alcoólicas sujeita-se às normas relativas ao processo administrativo fiscal de determinação e exigência de créditos tributários federais e de consulta, previstas no Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, bem assim, subsidiariamente e no que couber, às disposições da legislação do imposto sobre a renda, especialmente quanto às penalidades e aos demais acréscimos aplicáveis.

Art. 10. O produto da arrecadação da CIDE-Tabaco e Bebidas Alcoólicas será destinado ao Ministério da Saúde e a Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (SENAD), para aplicação nos programas de recuperação de dependentes químicos.

Art. 11. Esta lei entra em vigor em noventa dias após a data de sua publicação, observado o princípio da anterioridade de que trata o art. 150, III, “b” da Constituição Federal de 1988.

JUSTIFICAÇÃO

O objetivo deste Projeto de Lei é direcionar recursos originados da instituição de uma CIDE-Tabaco e Bebidas Alcoólicas para a recuperação de dependentes químicos, de forma a aliviar este grave problema social que está fortemente relacionado com a criminalidade e com o aumento da violência urbana, além de afetar a estabilidade e o bem-estar das famílias brasileiras.

Observe-se que o Brasil enfrenta uma verdadeira epidemia de dependentes químicos, com um crescimento alarmante do número de pessoas viciadas em drogas, que precisa de alguma forma ser enfrentada pelo Poder Público porque virou um sério problema de saúde pública, uma vez que as políticas de combate às drogas não têm apresentado os resultados esperados.

De acordo com estudo feito pela Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP estima-se que cerca de trinta milhões de brasileiros tem algum parente ou familiar dependente químico e, para cada dependente químico, outras quatro pessoas, em média, são afetadas.

Com o Projeto de Lei em tela, os recursos adicionais para o custeio dos tratamentos para a recuperação de dependentes químicos virão da instituição de uma CIDE, conforme delineado no artigo 149 da Constituição Federal.

Tal Contribuição atua como instrumento interventivo, que deve ser adotado apenas excepcionalmente e quando detectada necessidade

de intervenção estatal em determinado segmento do mercado. Acredita-se que a finalidade para a qual se pretende instituir a CIDE – tratamento e recuperação de dependentes químicos – atende a esses princípios.

A saúde é chamada na literatura econômica de “bem semipúblico” ou “meritório”, pois gera amplos benefícios sociais e externalidades positivas, que justificam intervenção parcial ou total por parte do setor público.

Ante o exposto e tendo em vista a imensa relevância deste Projeto de Lei para a recuperação dos dependentes químicos em especial e para o Brasil como um todo, gostaria de pedir o apoio dos nobres pares nesta Casa para a rápida aprovação do Projeto de Lei em tela.

Sala das Sessões, em de de 2018.

Deputado EROS BIONDINI